

## **Valor Econômico – 05/06/2009**

### **Na Aneel, uso político é um temor recente do setor**

Josette Goulart, de São Paulo

Menos de um mês depois de ter assumido como diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hubner declarou durante o processo de reajuste tarifário da CPFL sua preocupação com a forte elevação das tarifas e sugeriu que era hora de fazer uma revisão na metodologia de cálculo da tarifa. A declaração deixou as empresas de distribuição em alerta. Era início de abril, e a CPFL teve um reajuste aprovado de 20%. E duas semanas depois o nível de alerta foi elevado. A diretoria da Aneel deixou de considerar uma parcela de remuneração da Celpe, sob o argumento de interesse público, e a tarifa que subiria 6% foi reduzida em 1%. Neste momento surgiu a dúvida entre os executivos e agentes do setor elétrico: a Aneel, com Hubner, vai deixar de ser independente e passar a agir politicamente?

A Agência sempre foi considerada um modelo pelos empresários, e Hubner chegou à Aneel em meio a uma série de fortes reajustes tarifários que começaram a ocorrer junto com a crise econômica. Nesse contexto, o setor considera legítima a preocupação com reajustes fortes como o da CPFL. O que preocupa, contudo, é o fato de a Aneel sugerir uma revisão da metodologia quando o sistema de reajustes e revisões começa a se consolidar e deixar claras as regras do jogo.

Os aumentos refletem 2008 e regras do setor, como o acionamento das usinas termelétricas no ano passado (mais caras, mas necessárias para suprir a energia exigida pelo forte crescimento econômico do ano passado), e a própria alta do dólar no final do ano passado, que encareceu a energia de Itaipu (25% do total consumido no país). Para completar o cenário, várias empresas do Nordeste tiveram reajustes fortes e nem compram energia da usina binacional. Elas tiveram fortes reajustes porque a energia nova vendida nos primeiros leilões do governo federal, em que as térmicas reinaram, começam a chegar as tarifas.

O presidente da CPFL, Wilson Ferreira Júnior, sempre que tem uma oportunidade reforça que apesar de a distribuidora ser a responsável pelo repasse, a empresa não ganha em suas receitas esse reajuste. "Não se pode falar dos 20% isoladamente, sem lembrar que no ano passado tivemos uma revisão negativa em 18%", lembra Ferreira.

O presidente da Celesc, Eduardo Pinho Moreira, também se diz preocupado com uma possível mudança de regras na metodologia. "Apenas 20% da tarifa chega à empresa, o resto é para encargos setoriais e compra de energia", diz ele. "Se o governo federal quer evitar altas como as que estão sendo registradas neste ano, ele mesmo precisa dar seus incentivos."

Como Hubner assumiu há poucos meses, o setor ainda espera os próximos passos para avaliar se esta é apenas uma fase de adaptação e se suas declarações em meio a reuniões de diretoria são resquício da função de ministro de Minas e Energia, que exerceu antes do ministro Edison Lobão. Hubner, porém, tem reforçado em eventos públicos que sua pauta de trabalho à frente da Aneel será combater a assimetria tarifária, a instabilidade dos índices de reajustes e revisões tarifárias, e a qualidade do serviço das distribuidoras.

A preocupação da assimetria tarifária, em que Estados mais pobres apresentam uma tarifa mais alta, enquanto os ricos têm tarifas baixas, também era uma preocupação do antigo diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman. A diferença é que Hubner já colocou uma proposta na mesa - a criação de um fundo de equalização que poderia ser montado dentro da solução que o governo busca para a renovação das concessões em 2015.

O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, lembra que entre as agências reguladoras a Aneel tem a seu favor o histórico de transparência. Um exemplo, é que todas as reuniões de diretoria são transmitidas ao vivo, pela internet. O que preocupa Sales é que os processos de decisão das agências sejam técnicos e blindados das influências de políticos, empresas ou consumidores. Seria nas audiências públicas, apenas, que a sociedade deveria intervir. Isso não aconteceu nas reuniões de diretoria que decidiu a tarifa da Celpe, em que o governo de Pernambuco teve forte atuação. "Foi um desvio desnecessário e espero que seja corrigido", diz Sales. "Talvez a nova direção esteja apenas passando por uma curva de aprendizado".